ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

MOÇÃO DE CENSURA À POLÍTICA DO ATUAL GOVERNO PELO ATAQUE À AUTONOMIA E FUNCIONAMENTO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

O Poder Local é hoje um dos verdadeiros pilares da democracia portuguesa, tendo-se afirmado nas últimas décadas como um verdadeiro exemplo de desenvolvimento de políticas de proximidade para com a população portuguesa. As autarquias, nas suas diversas formas – municípios e freguesias – apresentam um profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do país real, dos seus munícipes e fregueses, das portuguesas e portugueses que constituem o tecido social do país.

Emergindo como uma das conquistas da revolução de abril de 1974, as autarquias efetuaram um caminho seguro de crescente autonomia, com uma gestão dos recursos que lhe estão afetos que é a esmagadora maioria das vezes mais eficaz e eficiente que a gestão do Governo da república e dos serviços centrais do Estado. Para além disso, as autarquias vêm-se quotidianamente na necessidade de assumir de facto aquelas que seriam as obrigações do Governo e dos seus serviços, sem a devida compensação, garantindo assim que a população não se vê privada de serviços e apoios sociais, muitas vezes essenciais, a que têm direito.

O atual Governo, da responsabilidade do PPD-PSD e do CDS-PP, em funções desde 2011, tem revelado uma postura de autêntico ataque a afronta ao Poder Local, procurando limitar a sua autonomia, manietar a sua capacidade de atuação e diabolizar o seu papel. A atual crise económica e financeira que se vive em Portugal não pode justificar esta atitude do atual Governo face ao Poder Local.

 RK

Apenas três exemplos recentes deste verdadeiro ataque do atual Governo, e dos Partidos Políticos que o suportam, às competências e autonomias do Poder Local e de serviços com forte impacto na vida dos munícipes:

1. **O Orçamento de Estado para 2014, atualmente em vigor, reduziu em 107.537.557 euros (cento e sete milhões de euros, resumidamente) as verbas a transferir para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do país, face ao ano anterior. Em 2013 a dívida das autarquias representava apenas 3,6% do total da dívida total nacional. O montante da dívida das autarquias tem apresentado nos últimos anos uma trajetória descendente, ao contrário daquilo que acontece com a dívida gerada pelo Estado Central. Cai assim por terra a teoria governamental de que as autarquias são geradoras de má despesa e de dívidas. Os números não enganam e a realidade é que o Poder Local consegue melhores resultados do que o Estado Central com os recursos que lhe são afetos.**

2. **O novo estatuto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovado pela maioria PPD-PSD e do CDS-PP e já em vigor, prevê que esta Entidade possa emitir instruções vinculativas quanto às tarifas a praticar, o que representa uma grave e flagrante violação da autonomia das autarquias locais. Esta medida transforma as câmaras em meras entidades cobradoras de faturas, sendo possível antecipar um encarecer as faturas a pagar pelos cidadãos pelo fornecimento de água e tratamento de resíduos. Ao invés de dotar a ERSAR de funções verdadeiramente reguladoras deste importante setor, o caminho seguido pelo Governo insiste uma vez mais em manietar as autarquias naquelas que são algumas das suas competências.**

3. **O Governo aprovou, em reunião do Conselho de Ministros do passado dia 30 de janeiro, a privatização da Empresa Geral do Fomento, sub-holding do grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos. Esta privatização deverá estar concluída no final do primeiro semestre do próximo ano, preparando-se o Governo para privatizar uma empresa que dá lucro, funciona bem e ganhou a confiança dos portugueses.**

4. **Pela importância estratégica da gestão dos resíduos, a gestão desta empresa deveria manter-se dentro setor público, enquanto garante da salvaguarda do interesse público. De igual modo, tanto quanto é possível antecipar em função da estratégia que vem sendo seguida pelo Governo, este é primeiro passo para futuras privatizações neste domínio, sendo que a prazo o objetivo do lucro irá sobrepor-se à qualidade deste serviço público prestado aos portugueses.**

Face a tudo isto, importa denunciar e dar a conhecer à população este verdadeiro ataque do Governo, do PPD-PSD e do CDS-PP, às autarquias locais. Não satisfeito com o empobrecimento do país e dos portugueses, o Governo quer agora empobrecer também a capacidade de atuação das autarquias.

A breve trecho a população portuguesa vai começar a sentir nas suas vidas o impacto destas atitudes e decisões do Governo, sendo obrigação dos autarcas condenar veementemente esta estratégia. Por esse motivo, a Assembleia Municipal de Grândola propõe a aprovação desta Moção de Censura à política do atual Governo, pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais.

Aprovada por maioria, com vinte e três votos favoráveis das bancadas da CDU, GM, PS e MIG e um voto contra do PSD.

Grândola, 29 de Abril de 2014

O Presidente da Assembleia Municipal

RAFAEL RODRIGUES

Rafael Francisco Lobato Rodrigues